

Brasília, 13 de dezembro de 2005

Em defesa da vida

A luta contra o aborto nos bastidores do Congresso Nacional



A Frente Parlamentar em Defesa da Vida, liderada pelo deputado Luiz Bassuma (PT-BA) promoveu na terça-feira, 7 de dezembro, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, o “1º Seminário Nacional em Defesa da Vida – Contra o Aborto!” O encontro foi dividido em três painéis: razões científicas contra o aborto, razões jurídicas contra o aborto e razões religiosas contra o aborto. Dom Geraldo Majella Agnelo, presidente da CNBB, em sua exposição no seminário, enfatizou: “em defesa da vida só não podemos fazer uma coisa: matar.”

Tramitam na Câmara dos Deputados 33 projetos dispendo sobre o aborto, seja para defendê-lo e descriminalizá-lo, seja para negá-lo em suas variadas formas. A grande maioria deles foi apensada ao Projeto de Lei 1.135 que tramita há mais de 14 anos, cujos autores são o ex-deputado Eduardo Jorge e a ex-deputada Sandra Starling.



A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) foi escolhida relatora do PL 1.135/1991 e incorporou em seu Substitutivo as principais sugestões de uma comissão tripartite, criada na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres pela ministra da pasta, Nilcéa Freire, para rediscutir a legislação aplicada ao aborto. Assim, em 19 de outubro, os defensores da

legalização do aborto conseguiram, depois de 14 anos, colocar o PL em pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

Um dos maiores problemas do texto substitutivo apresentado é que, embora ele disponha que a mulher terá direito à interrupção voluntária da gravidez, independente do caso, até o 12º mês de gestação, em seu artigo oitavo o PL revoga todos os artigos do Código Penal que citam o aborto voluntário como crime. Assim, o aborto deixa de ser crime, torna-se um direito e poderá ser feito a qualquer tempo.

Em uma audiência pública realizada na CSSF em 22 de novembro, profissionais do ramo jurídico favoráveis à legalização do aborto foram inquiridos a explicar a discrepância no texto, o que não puderam fazer com êxito, dada a clara contradição. O deputado Elimar Máximo Damasceno (PRONA-SP), em uma nota técnica, apontou ainda outros pontos críticos, como o fato de que o aborto, além de tornar um direito, deverá ser “assegurado” pelo serviço público e planos de saúde. A relatora do PL, Jandira Feghali, retirou de seu Substitutivo, em 2 de dezembro, a regulamentação, ou seja, os artigos que especificavam as situações em que o aborto seria permitido, mantendo apenas a revogação dos artigos 124, 126, 127 e 128 do Código Penal, que criminalizam e penalizam o aborto. Ainda que o PL 1.135/1991 seja aprovado na CSSF, antes de ir a votação em plenário, ele deverá passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

Embate no plenário

Desde que o PL 1.135/1991 entrou em pauta na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, já foram feitas várias tentativas de votá-lo, mas sem êxito. Na terça-feira 6 de dezembro, o PL não pôde ser votado por falta de quorum. Assim, o presidente da CSSF, Benedito Dias (PP-AP), favorável à aprovação do PL, transferiu a pauta para o dia seguinte, que coincidiu com o seminário da Frente Parlamentar em Defesa da Vida.



Os deputados da Frente foram surpreendidos pela decisão, já que tinha sido acordado de não colocar o PL em pauta no dia do seminário. A deputada Ângela Guadagnin (PT-SP) presidia a mesa no seminário contra o aborto, quando teve que se deslocar às pressas para o plenário 7, onde se reúne a comissão. Ela alegou então que, pelo Regimento, a convocação para votação da pauta teria que ser feita com 24 horas de antecedência e solicitou que a votação fosse adiada, por questão de ordem. O presidente da comissão, entretanto, indeferiu o pedido, dizendo, que, pelo mesmo Regimento, quando não há quorum, a votação passa automaticamente para a sessão do dia seguinte.

Diante disso, os deputados contrários à aprovação do projeto conseguiram reunir maioria no plenário. Mas por fim, o deputado Rafael Guerra (PSDB-MG) propôs novamente o adiamento da sessão. A comissão resolveu votar a proposta do deputado. Como resultado, por 16 votos contra 15, a sessão foi adiada por duas sessões do Plenário da Câmara. A

bancada contrária ao projeto questionou a transparência da votação. Para a deputada Ângela Guadagnin, o presidente da comissão manipulou o resultado ao impedir que um deputado do PT votasse. A relatora da matéria, deputada Jandira Feghali, irá agora analisar as sugestões, que podem ou não ser acolhidas no texto, até a próxima sessão. Mas o resultado não desanimou o deputado Luiz Bassuma. “Eles pediram adiamento mais uma vez, e para nós é mais uma vitória, mais uma derrota para eles”, aponta.

Mobilização pela vida

Representantes de várias instituições e movimentos em defesa da vida marcaram presença nos últimos pleitos da Câmara dos Deputados. Representantes de diversas religiões e defensores da vida lotaram o plenário em todos os dias de sessão. Na última sessão, a multidão fazia coro para gritar “vida sim, aborto não! 2006 tem eleição!” Muitos rezavam terços e entoavam jaculatórias durante as votações. Os contrários ao aborto se caracterizaram usando uma faixa amarela na cabeça com dizeres vermelhos: “aborto não!” Já as feministas e defensoras da ampliação do direito do aborto usavam faixas na cor lilás onde expressavam seu apoio ao projeto.



Dolly: a vida é o primeiro Direito.

Maria Dolly Guimarães, presidente da Federação Paulista dos Movimentos em Defesa da Vida, mobiliza-se pelos gabinetes para convencer os deputados a votarem contra o PL 1.135/1991. Eles já estão em Brasília há vários meses fazendo lobby junto aos deputados. “Se a vida não for defendida, não existe nenhum outro direito a ser defendido, porque a vida é o primeiro direito”, sustenta Dolly.

Paulo de Heráclito, estudante de medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é presidente do Instituto Juventude pela Vida (www.juventudepelavida.com.br), uma organização aconfessional e apartidária. Segundo Paulo, trata-se de um grupo de jovens secundaristas, universitários e profissionais que reconhecem que o valor da vida é o primeiro dos valores, acima de todos os outros, o primeiro dos direitos humanos. Eles se mobilizam no meio parlamentar, organizam seminários, simpósios pró-vida, e eventos afins em colégios e faculdades, e também por meio de campanhas via Internet. “Queremos formar as novas gerações pró-vida e acordar a opinião pública para a questão do aborto”, diz Bruno Schroeder, estudante de Engenharia da Computação da PUC-RJ, também do Juventude pela Vida.

Bruno Schroeder, Paulo de Heráclito e Edson Mauro. Juventude pela vida!



Por ocasião do seminário contra o aborto, esteve presente na Câmara o padre Luiz Carlos Lodi da Cruz, presidente da Associação Pró-Vida de Anápolis. Ele e sua instituição já lutam há vários anos na causa. Lodi já foi inclusive processado por danos morais por ter-se

Pe. Lodi: os deputados devem temer pelas próximas eleições

referido, em um de seus textos, a uma antropóloga que defende o aborto, usando o adjetivo “abortista”. Ele manda um recado para os deputados favoráveis ao aborto e aos indefinidos

na questão. “Seria bom que eles pensassem, se não têm temor de Deus (que seria bom), que eles temessem pelas próximas eleições, pelos nomes deles, pois é fato notório que o eleitorado brasileiro é maciçamente contrário ao aborto”, avisa.

Ânimos no plenário



Jovens vão à Câmara dizer não ao aborto.



Universitárias contra o aborto. Amanda e Marília, estudantes da UnB, marcam presença no plenário

Durante as sessões, audiências e votações, uma grande platéia se forma no plenário, com ativistas de ambas as posições. São católicos, espíritas, feministas, estudantes, defensores dos direitos humanos, profissionais do direito e da saúde. Algumas sessões quase foram inviabilizadas devido ao tumulto, causado pela emoção peculiar à discussão do tema do aborto. Muitos exibem cartazes onde estão estampados fetos despedaçados ou bebês sorridentes. Uma feminista sustentava outro cartaz com os dizeres “nem da Igreja, nem do Estado. O meu corpo é meu!”

A audiência pública de 22 de novembro teve várias “curiosidades”. Mirian Ventura, advogada e especialista em Direitos Reprodutivos, apesar da excelente retórica, foi muito infeliz ao afirmar que qualquer um que estava presente no plenário sabia onde havia uma clínica de aborto. Foi a conta para um deputado levantar-se exaltado e apontar que aquilo que a advogada dizia era um disparate, e era muito grave. “. Eu não conheço nenhuma clínica que faz abortos” - reagiu o deputado - “A senhora vai me dar o endereço agora de uma clínica dessas porque eu vou denunciar.” Criou-se grande alvoroço no plenário e o presidente da comissão interveio várias vezes para restabelecer a ordem. Por fim, ela retomou a palavra e se explicou melhor.

Não menos infeliz foi a senhora Maria José Nunes, fundadora da ONG “Católicas pelo Direito de Decidir” (CDD). Ela começou sua exposição dizendo “não vou travestir meu discurso com argumentos vindos da ciência ou de qualquer outro campo”. Ela reafirmava ser católica e que defendia o aborto com argumentos oriundos da religião. Às suas colocações o público reagia com gritos: “Excomungada! Herege!” O dr. Paulo Silveira Martins Leão Júnior,



Maria José Nunes: discurso religioso favorável ao aborto.

Presidente da União dos Juristas Católicos do Rio de Janeiro, começou seu discurso reagindo à posição da presidente da CDD. “Acho inconcebível que uma organização que se diz católica fique insistentemente hostilizando a posição e a história da Igreja”, protestou entre aplausos.

Durante o debate, dado o clima de hostilidade, a deputada Jandira Feghali chamou a atenção para a forma como estava sendo conduzida a situação. “Parece que aqui temos um lado que é favor da vida e outro que é contra a vida”, reclamou. O deputado Enéas

(PRONA-SP) levantou sua voz firme para protestar contra o tumulto. “Eu sou radicalmente contra o aborto, mas estou aqui quieto e calado, ouvindo tudo que eles têm a dizer, e queria pedir que todos fizessem o mesmo”, desabafou.

De igual modo, muitas falas dos que foram chamados para discursar contra o aborto receberam vaias das feministas, principalmente quando beiraram o sentimentalismo ou quando penderam mais para o discurso religioso. Tal era o clima que, após as sessões, o assessor da deputada Jandira, durante as entrevistas que ela dava à imprensa, ficava atento à movimentação e interpelava alguns que se aproximavam dela: “se vocês tentarem alguma coisa contra ela vou ter que pedir que a segurança os retire daqui.”

A luta dos cristãos

De fato, como católicos, temos que ter nossa posição firme e veemente contrária ao aborto, e a tudo que atente contra a vida e sua proteção. Mas temos que procurar nos informar a respeito para nos posicionarmos com firmeza, sem partir para agressões. Afinal, “não é contra homens de carne e sangue que temos de lutar , (...) mas contra as forças espirituais do mal” (cf. Ef 6,12)

O deputado Durval Orlato (PT-SP) orienta que, apesar do credo religioso de cada um, que é preponderante nessas situações, é preciso usar de argumentos jurídicos e científicos para melhor embasar nossa posição. A propósito, a audiência pública de 22 de novembro e o seminário contra o aborto contribuíram efetivamente para fornecer vários subsídios nesse sentido.



Durval Orlato: primazia dos argumentos jurídicos e científicos

Infelizmente, para muitos defensores da legalização do aborto, o que Cristo pregava ou o que diz a Bíblia não significam absolutamente nada. Pois “eles têm o entendimento obscurecido, e a cegueira de seu coração os mantém afastados da vida de Deus” (cf. Ef 4,18). Contudo, por mais que nos pareça absurdo, eles realmente acreditam que o que defendem é o melhor para a sociedade, daí sempre invocarem a prerrogativa do Estado laico para afastar o argumento cristão, que enxergam como preconceituoso ou retrógrado. Mas, lembrados de que Deus odeia o pecado, mas ama o pecador, temos que ter para com eles uma atitude de respeito, embora não possamos transigir de maneira alguma na questão do aborto.

IMPORTANTE: Com a passagem de ano, haverá certamente mudanças nos membros que compõem a Comissão de Seguridade Social e Família. Assim, temos que nos empenhar junto aos líderes dos partidos para que indiquem para a comissão parlamentares comprometidos com a defesa da vida.

E não podemos nos calar, pois somos **chamados a ser a voz dos que ainda não têm voz**: os nascituros. Porque, a exemplo do apóstolo Paulo, fomos escolhidos antes de virmos ao mundo: “Deus, na sua graça, me escolheu antes mesmo de eu nascer e me chamou para servi-lo” (cf. Gl 1.15). Compete-nos pois, orar, lutar e informar-nos, e, ao mesmo tempo, exercer o dever da tolerância que é uma das maiores dádivas cristãs. ■



“Cada criança que nasce nos traz a mensagem de que Deus ainda não perdeu a esperança nos homens”.

(Rabindranath Tagore)



**MINISTÉRIO DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL**
RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA - DF

www.rccdf.org.br